

Narrativas de mulheres contra a ditadura de 1964: eixos narrativos e subjetividade feminina.

RAQUEL CAMINHA ROCHA*

O presente trabalho tem por objetivo investigar e analisar a produção memorialística elaborada por e sobre mulheres que participaram do processo de resistência a um regime de exceção que foi o período da ditadura civil-militar no Brasil, tornamo-nos curiosos sobre a relação entre a atuação feminina militante e o regime ditatorial tendo em vista que as memórias do período são, ainda, eminentemente masculinas. Entendemos que a reconstituição da trajetória das mulheres acarreta a formação de uma outra/paralela versão deste momento, onde surgem sujeitos que, normalmente, encontram-se ausentes nas análises sobre o período. Tal ausência pode ser justificada pela imposição de sua condição de gênero que universalmente aparta as mulheres da atuação na vida pública.

Neste artigo, analisaremos as respostas e elaborações destas mulheres sobre a perseguição política que sofreram e que possuía especificidades de gênero através da violência sexual, da tortura psicológica, do constrangimento, do apelo à maternidade e afetividade, através do entrecruzamento dos diversos relatos produzidos, nas fontes por nós elencadas. Lembramos que tais sujeitos históricos encontram-se na posição de duplamente transgressores da ordem que se buscava implantar no país, verificamos que a reconstituição da trajetória coletiva das mulheres ocorre em um processo de constante interação com suas trajetórias individuais.

A opção pela referida temática também decorre da observação de que as mulheres vivenciaram experiências¹ diversas posto que a sua militância esteve relacionada não apenas à contestação do regime político da época como também na modificação da percepção das identidades de gênero² e, assim, firmaram sua presença no espaço político e colocaram em

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará – Bolsista CAPES.

¹ Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de experiência, por nós utilizada, está baseada na obra de Foucault. Apresenta-se como um espaço de ação no qual são constituídos sujeitos históricos segundo processos definidos historicamente, onde um indivíduo relaciona-se consigo mesmo e com os outros. A experiência da sexualidade, apresentada por Foucault, concerne ao processo de subjetivação dos indivíduos, isto é, à constituição de si como sujeitos de uma prática moral. Uma experiência histórica é a ação de tornar-se sujeito dessa experiência. Cf.: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 12.

² O termo identidade de gênero é utilizado, dentro desta pesquisa, para referir-se ao gênero que certa pessoa atribui-se tendo como base o que tal indivíduo reconhece como indicações de identificação social de gênero

xeque valores e hierarquias estabelecidas no código social vigente onde a mulher é comumente percebida em um papel secundário e passivo (FERREIRA, 1974: 107). Ao abraçarem uma causa coletiva, como a oposição à ditadura militar implantada no Brasil, romperam com o que era esperado de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas negadas. Iniciamos, portanto, uma investigação para compreender como questões de gênero atuam na (re)construção de vivências políticas.

Ao refletirmos sobre atuações políticas das mulheres devemos avaliar uma série de transformações sociais com impacto em suas vidas e nas relações de gênero. Tais mudanças atuam na composição das memórias, fazendo com que ações passadas sejam revistas ou mesmo negadas, na medida em que esses agentes acionam o processo de elaboração das memórias. No decorrer deste trabalho, observaremos que o processo de elaboração das memórias envolve lembranças e impressões evocadas pela rememoração que os indivíduos se propõem a realizar, ou seja, “acabam por provocar uma ‘revivência’ desse passado ao atualizá-lo” (FERREIRA, 1996: 79). Tal atualização decorre do fato que a elaboração dessas memórias é realizada em uma temporalidade fora do eixo daqueles acontecimentos, em um contexto histórico-cultural diverso do original. No entanto, o contato entre tais momentos não está rompido devido à existência de uma rede de significados tecida entre o passado (rememoração entendida como processo de recordação dos entrevistados) e o presente (contato das lembranças com o contexto atual procedendo a uma atualização). Tal rede de significados passou a ser compreendida por nós como a produção de uma memória militante³ visto que compreendemos o cruzamento particular entre a representação de si, que diz respeito a uma identidade narrativa ou cultural, e a identidade ligada ao papel social, encenada nas relações políticas, profissionais e afetivas (PASSERINI, 2011: 83).

A perspectiva das relações de gênero é relevante para este estudo, pois trata-se de um período em que as ideias de movimentos, como o feminista, se tornavam mais divulgadas

(roupas, corte de cabelo, comportamentos, etc.). Acreditamos que a identidade de gênero pode ser afetada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo trabalho, religião, família, dentre outros.

³ Devemos destacar que o termo “memória militante” surgiu a partir da reflexão sobre um depoimento para a produção do documentário “Vou contar para meus filhos” (2011), na qual a narradora afirma que a ação de contar a sua história representa para ela a continuação da militância. A partir de nossas pesquisas bibliográficas verificamos que o historiador Odilon Caldeira Neto utiliza este referido termo em seus estudos sobre a Ação Integralista Brasileira com o intuito de afirmar que a formação de uma memória militante constitui uma estratégia para a construção da história do movimento integralista em seus diversos momentos. Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. “Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas.” In: **Revista Espaço Acadêmico** (Universidade Estadual de Maringá), v. 126, p. 01-10, 2011 e “Galinhas Verdes ou Galos de Briga? Neointegralistas, memória militante e o uso da charge como estratégia política”. **Domínios da imagem** (Universidade Estadual de Londrina), v. 5, p. 95-105, 2011.

em todo o mundo ocidental e levavam à mudanças sociais importantes, mesmo estando o país mergulhado em um governo autoritário. Se num primeiro momento era raro o aparecimento de mulheres na cena pública oficial, nos movimentos de esquerda elas estavam presentes como apoiadoras e guerrilheiras, junto com os homens. Por tal motivo, avaliamos ser importante compreender o modo como estas mulheres elaboram a sua inserção nos movimentos de oposição à ditadura e suas atividades nestes, como também, a maneira como a identidade de gênero pode influenciar nas formas expressivas e na produção das lembranças destas mulheres que nos propusemos estudar.

Estamos convencidos da importância de encarar o problema histórico dos movimentos de oposição à ditadura civil-militar em um plano não apenas factual. Acreditamos ser indispensável compreender outros aspectos deste contexto histórico. De acordo com Passerini, as dimensões intelectual-psicológica e simbólica são indispensáveis para a compreensão de memórias sobre regimes políticos ditatoriais. Sem recorrer à categoria de gênero ou ao conceito de identidade e experiência, permanecerão incompreensíveis as relações de gênero e a atuação feminina nos grupos oposicionistas, a adesão das camadas juvenis a esses movimentos, bem como a sua própria origem, para a qual não são satisfatórias as explicações dadas em termos políticos e institucionais, e o próprio processo de produção de memórias sobre a luta contra o regime militar, implantado no Brasil em 1964, e as relações de gênero que a permeiam e a qual objetivamos pesquisar.

Consideramos que a importância desta pesquisa reside tanto na problematização da produção da memória socialmente construída em torno da participação das mulheres nos movimentos de contestação ao regime ditatorial, enquanto forma de emancipação social e política; como também por investigar e analisar questões relacionadas ao modo como as identidades de gênero foram vivenciadas neste processo. Hoje em dia, por existir uma preocupação especial com as questões relacionadas ao período do regime militar no Brasil, tendo em vista os trabalhos empreendidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça⁴, pelo Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional⁵, pela criação de Comissões

⁴ A Comissão de Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001. Criada pela Medida Provisória n.º 2.151, a Comissão analisa os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram perseguidas pelo Estado brasileiro por motivação exclusivamente política desde 18 de setembro de 1946 até cinco de outubro de 1988.

⁵ A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República elaborou um projeto para a implantação de um centro de referência que abrigasse informações, documentos, arquivos, objetos artísticos com valor simbólico, sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil. Em 2007, iniciaram-se os trabalhos do Projeto Memórias Reveladas que trabalha com acervos dos extintos

Estaduais e da Comissão Nacional da Verdade⁶, compreendemos, portanto, que tão importante quanto as interpretações históricas do período ditatorial do Brasil é problematizar a produção de memórias sobre tal momento, seu conteúdo simbólico e imaginário e também sua força identitária.

Vivemos em um momento no qual se exige uma atenção especial com a questão devido à emergência de novas políticas públicas de Estado e de diferentes movimentos sociais, políticos e jurídicos que buscam estimular, proliferar, discutir e disputar esse passado recente e as memórias sobre o período ditatorial nos mais diversos âmbitos. Compreendemos a importância de analisar conjuntamente o processo de elaboração de memórias e o contexto social e político recente no qual ocorreu uma profusão de produções de memórias relativas às mulheres que atuaram contra a ditadura civil-militar brasileira através da composição de testemunhos em diferentes suportes como livros, peças teatrais, documentários e entrevistas. A oralidade comporta um apelo mais fortemente e mais imediatamente emotivo, tendo em vista a presença e a participação de um interlocutor que é constitutiva do relato. Entendemos que a emotividade faz emergir, nesta relação intersubjetiva, indícios preciosos para a pesquisa sobre o período ditatorial.

Com a decretação do Golpe, em 1964, e a instauração de uma ditadura civil-militar ocorreu a suspensão de certas garantias individuais assinalando a perseguição política e processo de resistência ao novo regime do qual participaram os sujeitos históricos que nos propusemos estudar. Identificamos um caráter simbólico nos relatos femininos que incluem uma forma de mentalidade que faz sempre alusão a uma vida aventureira, intensa e espetacular e uma constante rebeldia e insatisfação com o estado geral da sociedade.

Verificamos também que essas jovens mulheres acalentavam sonhos de fortes e profundas mudanças sociais que, neste capítulo, tentaremos identificar e compreender suas idéias e ideais para mudar o mundo e de que maneira suas propostas as incentivaram a uma efetiva participação política.

As forças militares foram dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente

Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e outros acervos de interesse, públicos e privados.

⁶ Tais comissões foram instituídas, em várias unidades da federação, a partir de 2012 e tem por finalidade apurar violações de direitos humanos, praticadas por agentes públicos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

Uma das grandes marcas do período da ditadura civil-militar no Brasil foi a institucionalização da tortura. Torturar através de violação, como exames corporais e vaginais forçados; humilhação, através de insultos e da exposição da nudez feminina; ameaças sexuais, como estupro e mutilações, caracteriza o repertório da tortura baseada no gênero, sistematicamente, usada contra mulheres, apesar de muitas vezes indivíduos do sexo masculino também serem vítimas deste tipo de tortura, mas compreendemos que o fato de ser mulher estabelecia uma diferença.

Embora todos os militantes de esquerda soubessem do risco ao qual estavam expostos ao lutar contra a ditadura, a real consciência do perigo só ocorria nos interrogatórios que, usualmente, eram acompanhados de sessões de tortura. Tentaremos compreender o processo de rememoração em torno da tortura efetuado por estas mulheres que se sentem encarregadas de transmitir o sofrimento pelo qual elas e muitas companheiras passaram. Também compreendemos as dificuldades do testemunho sobre essas memórias traumáticas através de reflexões sobre ética, sobrevivência e irrepresentabilidade.

Percebemos que a prisão entendida como o lugar onde se reúne um determinado número de indivíduos colocados em iguais condições é reelaborada. Nos indagamos sobre quem constrói essas significações e o modo pela qual elas se constituem estabelecendo determinadas convergências e divergências. Através da percepção das diversas sensações dentro de um mesmo espaço e de vivências e experiências diferenciadas compreenderemos como as relações espaciais podem nos ajudar a entender os vínculos sociais que aqui foram pautados pelos sentidos da solidariedade e da fraternidade. Somente assim conseguiremos compreender sobre como as relações de poder se apresentam no modo como o espaço é constituído e como estas mesmas relações são constitutivas das relações sociais e espaciais.

Compreendemos que os sujeitos históricos analisados para construção deste trabalho vivenciaram de forma diversa a prisão. É necessário, portanto ressaltar a especificidade da prisão destas mulheres a fim de entender essa experiência diferenciada. Com a decretação do Golpe, em 1964, e a instauração de uma ditadura civil-militar⁷ ocorreu a

⁷ O processo que levou à ditadura não foi um processo que apenas mobilizou os militares, ao contrário, foi um processo que articulou ativamente setores civis consideráveis, justificando-se, a partir daí, chamar a ditadura de ditadura civil-militar, e não mais de ditadura militar, porque esse último nome acaba encobrindo, e fazendo esquecer, os civis que participaram do processo. Cf.: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Versões e ficções: a luta pela

suspensão de certas garantias individuais assinalando a perseguição política e processo de resistência ao novo regime do qual participaram os sujeitos históricos que nos propusemos estudar. As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

Questões relacionadas ao gênero estão presentes nas falas das ex-presas políticas e, aparentemente, são inspiradas por sua ideologia política. Através da análise de seus relatos compreendemos que diversas experiências vividas por estes indivíduos foram estabelecidas a partir das representações de gênero e, ao mesmo tempo, constituidoras das relações de gênero em um período marcado pelas transformações nessas relações (WOLFF, 2007: 78).

Através do estudo da experiência carcerária destas mulheres percebemos que o convívio de diferenciados indivíduos se sustentava a partir de uma identificação entre eles: participar da construção de um novo país em contraposição à realidade imposta pelo regime militar. Apesar das diferenças individuais, a empatia existente conectava-se à perspectiva ideológica por elas partilhadas. Compreendemos que as regras estabelecidas para a organização da vida no confinamento contribuiu também para uma homogeneização dos elementos socioculturais e individuais instituindo um sentimento de fraternidade e solidariedade no grupo através de uma dinâmica de interação no realizar das atividades.

As relações constituídas entre esses indivíduos configuram-se espacialmente como processos de subjetivação erigidos através da percepção, significação e construção de uma territorialidade. “Tudo ali é muito forte, né? Eu até digo assim, eu acho que a experiência de prisão ela é única, por que a prisão é uma instituição total, né? Então você passa o dia todo ali com aquelas pessoas que você antes não conhecia”⁸ Acreditamos que somente sob essa perspectiva é possível apreender o significado da experiência da prisão destas mulheres que - pois antes da experiência prisional era difícil imaginar a existência dessa coletividade, posto que, entre elas existiam ideais políticos diversos - só se tornou possível diante da compreensão de que o confinamento em um determinado espaço propiciou a apropriação deste pelos indivíduos por nós estudados.

apropriação da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.p.102.

⁸ Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi para o documentário *Vou contar para meus filhos* (2011).

Compreendemos que a todas estas experiências vivenciadas pelas militantes políticas marcaram de modo fundamental suas vidas. É a partir da experiência histórica pessoal que observaremos emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução do mundo que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo.

Buscaremos compreender a dinâmica das sensibilidades na formação das subjetividades de nossos sujeitos históricos a partir de seus modos de sentir e pensar, ou seja, de sua tradução do mundo em razões e sentimentos em seus relatos de vida. Abordaremos os significados conferidos sobre o processo da repressão vivenciado sobre essas mulheres, relacionando-os com sua readaptação à vida social legal e ao modo como lidam com o que elas viveram, relacionando história, memória e (res)sentimento.

Ao estudar os significados presentes nestas vivências buscamos analisar a experiência do passado, como partes constitutivas de lutas em torno de ideias e valores. Faz-se necessária, portanto, a profundidade de uma análise cultural, através da observação das semelhanças entre o desenvolvimento da vida e o desenvolvimento da narrativa. Compreendemos que investigar a participação das mulheres nos movimentos de oposição, necessariamente se faz através da análise das trajetórias⁹ desses agentes. Essa investigação, a partir das narrativas, pode nos fornecer subsídios para pensar suas experiências não só como militantes, mas também como mães, esposas, irmãs, estudantes, profissionais, cidadãs, para que possamos analisar a construção desta memória militante. Tais estudos, em torno da experiência social, nos permitem trabalhar com as significações de poder¹⁰ em torno das relações de gênero tanto nos espaços oficiais como nas vivências do cotidiano. Para tanto se

⁹ Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de trajetória, por nós utilizada, é a apresentada por Bourdieu em BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191. Bourdieu, em suas análises, argumenta que esta é um dos muitos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por indivíduo, ou pelo grupo, em um campo determinado, estando este sujeito a transformações. Identificamo-nos com tal definição ao considerarmos a militância de mulheres “em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração”. Cf.: GOLDENBERG, Mirian. “Mulheres e Militantes”. **Revista Estudos Feministas**: Instituto de Estudos de Gênero: Florianópolis, v.5, n.2, 1997. p.350.

¹⁰ Por significações de poder entendemos, de acordo com a abordagem de Bourdieu, que o intitulado poder simbólico, elemento fundamental dentro das sociedades no que tange aos elementos de dominação e conservação do *status quo*, aparece como um mecanismo de imposição de significações como os símbolos, bem como um elemento de legitimação da ordem estabelecida. Cf.: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 236-240.

faz necessário recorrer não apenas à documentação institucional existente como também à memória que foi construída em torno dele.

Elencamos aqui os principais eixos narrativos que se relacionam com a subjetividade feminina, foram eles: juventude e rebeldia, onde identificamos um caráter simbólico nos relatos femininos que incluem uma forma de mentalidade que faz sempre alusão a uma vida aventureira, intensa e espetacular e uma constante rebeldia e insatisfação com o estado geral da sociedade; medo e violência, onde analisamos o processo de rememoração em torno da tortura efetuado por estas mulheres que se sentem encarregadas de transmitir o sofrimento pelo qual elas e muitas companheiras passaram; solidariedade e fraternidade, onde observamos a singularidade e a valorização da experiência na prisão que era encarada como uma época de crescimento pessoal e política e emoção, onde compreendemos que a todas as experiências vivenciadas pelas militantes políticas marcaram de modo fundamental suas vidas e operam como uma forma de reconhecimento e tradução do mundo que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CALDEIRA NETO, Odilon . “Galinhas Verdes ou Galos de Briga? Neointegralistas, memória militante e o uso da charge como estratégia política”. In: **Domínios da imagem** (Universidade Estadual de Londrina), v. 5, 2011.

_____. “Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas.” In: **Revista Espaço Acadêmico** (Universidade Estadual de Maringá), v. 126, 2011.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1974.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOLDENBERG, Mirian. “Mulheres e Militantes”. **Revista Estudos Feministas**: Instituto de Estudos de Gênero: Florianópolis, v.5, n.2, 1997.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 83.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. “Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974”. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Orgs.). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007. p.98.